

## ADUR-RJ prepara-se para o 26º Congresso do Sindicato Nacional, em Campina Grande



### Diretoria convoca Assembléia para 25 / 01

Com o tema *Reconstruindo a unidade dos trabalhadores para enfrentar as velhas reformas do novo governo*, o 26º Congresso do ANDES-SN acontecerá em Campina Grande (PB), no período de 27 de fevereiro e 04 de março de 2007.

A Diretoria da ADUR-RJ convoca uma Assembléia para o dia 25 de janeiro (quinta-feira), às 10h30min, no Quiosque da Associação para deliberar sobre a seguinte pauta:

- 1) Seminário sobre a relação entre o ANDES-SN e a Conlutas;
- 2) Delegados e Observadores para o 26º Congresso do ANDES-SN

**Compareçam! Participem do seu sindicato!**

**Conlutas – Mais um passo na reorganização dos trabalhadores**

*Leia nas páginas 2 a 5*

**Informes do Jurídico sobre as ações em curso**

*Página 8*

**Paulo Rizzo, Presidente do ANDES-SN, refirma a importância do 26º Congresso do Sindicato Nacional para a classe docente**

*Página 7*

# CONLUTAS – Mais um passo na reorganização dos trabalhadores

Por: Professores Luís Mauro S. Magalhães, Frederico Falcão e Celia Regina Otranto, Sindicalizados da ADUR-RJ

O ANDES-SN enfrenta hoje mais um desafio. A decisão sobre filiação ou não à CONLUTAS envolve questões fundamentais para a reorganização da classe-que-vive-do-trabalho, conforme a designação dada por Antunes (2005)\*, e seu encaminhamento pode ter conseqüências para a nossa capacidade de resistência aos duros ataques que temos sofrido, nos últimos anos.

Este texto pretende contribuir para este debate, buscando trazer, além dos pontos envolvidos diretamente nesta questão, alguns ligados à estrutura desta entidade e possíveis efeitos para o seu funcionamento e preservação de seus princípios.

## A questão da filiação

Temos vivido uma conjuntura extremamente adversa. Nos últimos anos fomos alvo de ataques, que buscaram sempre nos dividir e retirar direitos. plano mais geral, no chamado mundo do trabalho e em particular no serviço público e nas instituições federais de ensino superior, temos visto mudanças que apontam claramente para o enxugamento de postos, exclusão de muitos trabalhadores, a precarização, terceirização e o avanço das corporações e de outros segmentos ligados ao capital, sobre as riquezas que temos gerado. O Estado tem conduzido e se mostrado um fiel seguidor destas políticas e aprofunda cada vez mais estas ações, governo a governo.

Para impor o recuo dos movimentos sociais e em particular os movimentos sindicais, na sua luta contra estes ataques, as classes dirigentes têm lançado mão de expedientes antigos e fartamente registrados em nossa história.

O primeiro é o uso da cooptação, da destruição “por dentro”, do aparelhamento de entidades

representativas e traição de seus princípios e de sua combatividade. Se no governo FHC, as “Forças Sindicais” tentavam protagonizar este papel e liderar as iniciativas pelegas, no governo Lula a própria CUT passou a expressar claramente esta vertente, através da corrente majoritária de sua direção e baseada em sua estrutura burocrática, montada a partir da década de noventa.

Temos visto como este tipo de prática é nefasto para as nossas lutas. À medida que as direções das Centrais Sindicais foram “tomadas” pelo Estado e perderam a sua autonomia, elas passaram a “arrastar” seus filiados para o endosso de políticas contrárias a eles próprios, “por cima”, sem debates amplos e consultas na base, tornando a todos cúmplices daqueles ataques.

O segundo tipo de ação que os defensores do capital têm adotado está estreitamente ligado ao anterior e é reforçado bastante por ele. Dá-se através da quebra da unidade de ação classista e da promoção de uma fragmentação dos grupos opositores. Velha tática, ainda dos tempos coloniais.

Cabe uma ressalva: um dos argumentos dos que defendiam (e ainda defendem) a permanência do ANDES na CUT é de que com a saída se promoveria um divisionismo. No entanto, se é justamente a

À medida que as direções das Centrais Sindicais foram “tomadas” pelo Estado e perderam a sua autonomia, elas passaram a “arrastar” seus filiados para o endosso de políticas contrárias a eles próprios, “por cima”, sem debates amplos e consultas na base, tornando a todos cúmplices daqueles ataques.

impossibilidade de se construir uma unidade de ação que origina a fragmentação, como buscar unificar lutas classistas em uma entidade que foi tomada solidamente por ideais e atitudes que negam o classismo? A tentativa de tornar as Centrais onipresentes, através da Reforma Sindical, mostra que é mais fácil para o Governo e seus aliados manter as entidades oposicionistas fragmentadas e mais fracas dentro de suas Centrais do que fora, já que no segundo caso estas podem se reorganizar e desenvolver plenamente seu potencial de luta.

O Governo atual soube realizar com muito mais sucesso esta fragmentação. Uma unidade, que já era tênue, contra o neoliberalismo e suas políticas, foi quebrada com as inflexões majoritárias do partido governista, que passou a escancarar o apoio a estas políticas. Nos movimentos sociais e em grande parte dos sindicatos mais combativos esta inflexão passou a ser trabalhada pelo Governo e seus prepostos, no sentido de dividir as entidades, internamente ou em seus fóruns mais amplos. As ações do Governo no ANDES e com relação à CENESF, nos últimos dois anos, ilustram isto de forma pacífica. Minar a unidade de luta é enfraquecer. Ao aparelhar as centrais e fragmentar seus opositores o Governo e seus aliados buscam anular os movimentos que possam fazer frente ao seu projeto.

Neste contexto, as reações empreendidas pelos movimentos classistas e em particular pelo ANDES-SN foram acertadas. As propostas de reformas e em especial a já citada reforma sindical, encaminhada por um conluio entre Governo, Centrais e Empresariado, significavam um retrocesso inadmissível, impossível de ser “assinado” por entidades que tinham os princípios fundadores da CUT. Aquela proposta trazia a derrocada da unidade de luta contra um liberalismo excludente, supressor de direitos e que condenava os trabalhadores aos caprichos e interesses do Capital.

A resistência, que era travada a duras penas, se fragilizou ainda mais com a ida de parcela significativa para o Estado; para o “outro lado”. Neste cenário, o ANDES soube empreender o debate e tomou a difícil decisão de se afastar da CUT. Indicou para suas bases o debate a respeito da reorganização dos trabalhadores, promoveu seminários, reuniões e participou dos diferentes fóruns que discutiam o assunto. O ANDES, através de suas instâncias deliberativas, soube abrir espaço para aprofundar a questão, que deve continuar a ser debatida e ampliada. Soubemos também respeitar o tempo do movimento docente, quando não deliberamos sobre a nova

Antunes, R. A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas. Caderno ANDES, 21:8-16. Brasília, 2005.

estrutura da CONLUTAS, bem como a nossa filiação, embora tivéssemos sido chamados para isto.

Estava claro que era preciso reconstruir a unidade de luta e neste sentido participamos dos fóruns que se apresentaram para este embate. Nos últimos anos se pode demarcar com muito mais clareza o conteúdo e a forma de ação política de cada um destes fóruns e certamente é a ponderação a respeito desta demarcação que resultou no fortalecimento da CONLUTAS. O ANDES, fazendo a leitura correta deste contexto, participou ativamente e diretamente de sua construção. Vemos que a CONLUTAS tem sido capaz de cumprir o papel ao qual se propôs; nos últimos anos se consolidou como um espaço de reaglutinação de forças, promovendo ações unitárias importantes. Mesmo sabendo que as condições dadas hoje são diferentes da criação da CUT, o fato é que o movimento classista está fortemente representado naquela Coordenação.

Hoje voltamos a ter um novo desafio. Com a transformação da CONLUTAS em entidade nacional precisamos debater e decidir se nos filiamos ou não a esta nova estrutura.

Neste sentido, considerando os aspectos apontados, precisamos continuar a buscar a superação da fragmentação, promovida por nossos antagonistas, e criar condições para que a unidade de luta seja recomposta.

Se buscarmos a aglutinação de forças e uma organização dos trabalhadores e dos demais movimentos sociais em instrumentos cada vez mais fortes e abrangentes, o caminho é o de partir para as ações de fortalecimento de nossas entidades e neste sentido aprovar a filiação do ANDES-SN à CONLUTAS, que hoje representa a parcela dos sindicatos e movimentos classistas, autônomos que, como nós, fazem frente ao avanço liberal e de supressão de nossos direitos. A leitura dos Estatutos aprovados no CONAT em

maio de 2006 mostra que esta é uma entidade plenamente identificada com os objetivos e princípios do ANDES-SN. Estão citados, com clareza, a independência de classe, a construção da unidade na luta dos trabalhadores, a defesa da ação direta, a autonomia, a democracia e a solidariedade internacional entre os trabalhadores. Embora o debate ocorrido nos últimos dois anos precise ser ainda mais expandido no interior do Sindicato, vemos hoje que o caminho mais acertado é a nossa adesão, de forma plena, nos integrando por inteiro à sua estrutura.

Alem disto, é preciso destacar que, a exemplo da discussão acerca da saída da CUT, precisamos também avançar na questão da forma de organização desta nova entidade. Nossa experiência tem indicado que este não é um detalhe menor e, após aprovarmos a nossa filiação, devemos nos engajar imediatamente na discussão a respeito dos estatutos e regimentos, já em andamento, e que deverão ser objeto de deliberação no próximo congresso da CONLUTAS, marcado para o primeiro semestre de 2007.

### **A questão da organização da Conlutas**

A construção da unidade na luta, a reaglutinação de forças e a nossa capacidade de resistência nos parecem argumentos consistentes para embasar a nossa filiação. No entanto, como em outros momentos da história da organização de entidades dos trabalhadores, estas ações envolvem vivências, aprendizados, erros e algumas antinomias que precisam ser expostas e debatidas. Temos acumulado experiências importantes e neste momento estas devem ser trazidas, pesadas e servirem como subsídio para os próximos passos. O ANDES-SN tem uma história rica em sua origem e consolidação, que resultaram em “desenhos” organizacionais, que devem ser valorizados e trazidos para o debate desta nova entidade.

Antes, porém, de pontuar algumas questões, é importante lembrar que a forma de organização e a estrutura da entidade refletem a concepção política e a dinâmica existente entre os grupos políticos que a integram, principalmente os que são majoritários ao longo de sua história. Pudemos ver isto na CUT: a corrente majoritária, favorável à verticalização e hierarquização cada vez maiores, acabou por impor uma mudança naquelas direções, o que abriu espaço para uma forte burocratização, controlada pela própria corrente.

Ter uma concepção mais avançada e mesmo ter ela traduzida em estatutos e regimentos, como no caso citado, não garantiram a manutenção de seus princípios fundadores. O que pode garantir esta manutenção é a luta política, em seu cotidiano.

Mesmo assim, a forma de organização trazida por estatutos e regimentos é importante para dar referência, embasar a discussão política e expor a práxis das forças políticas, com respeito a princípios importantes, como por exemplo a democracia e o funcionamento da entidade pela base.

Neste sentido, após se filiar, o ANDES-SN deve também propor algumas questões, referentes aos Estatutos que se encontram em debate, bem como ao futuro Regimento, já apontado:

1º) Grande parte dos sindicatos atuais guarda ainda uma estrutura herdada do período do Estado Novo, hierarquizada, verticalizada, com cargos e diretorias detendo amplos poderes. Não é à toa que esta forma, que reproduz a concepção de organização capitalista e do Estado, foi tão valorizada por governos que buscavam a sua cooptação e seu controle. Como já citado, ela abre espaço para o oportunismo político, para o aparelhamento da entidade e permite com mais facilidade o seu uso como braço de governos e de seus aliados. De Magri a Luiz Marinho temos penca de exemplos, para citar apenas o período da Nova República para cá.

Há muito que se tem chamado a atenção para os riscos e as consequências deste tipo de representação. A crítica a este método apontava sempre para formações alternativas, horizontais, onde não houvesse espaço para mandatos longos, cargos com concentração de poderes e lideranças que se eternizavam de forma burocrática. A existência de representatividades transitórias e curtas e colegiadas e coordenações, ao invés de diretorias, também fazia parte destas idéias.

É importante ressaltar que, ao contrário do que muitos pensam, a hierarquização e verticalização não são requisitos para se avançar e melhor consolidar uma organização de trabalhadores. Este pressuposto, fortemente impregnado da ideologia do capital, foi muitas vezes desmentido pelos fatos. Entidades colegiadas, com pouca ou nenhuma verticalização, já se consolidaram e empreenderam lutas importantes. A CNESF poderia ser um exemplo mais próximo, mas na história do sindicalismo encontramos outras. A capacidade de luta não é função do grau de hierarquização da entidade e o sucesso e fracasso de representações mais horizontais ou mais verticais, em diferentes momentos de nossa história, indica isto.

Os Estatutos aprovados no CONAT representam um avanço significativo quanto a estes aspectos e mostram a disposição deste coletivo em avançar para uma organização que não dê espaços para a burocracia. O estabelecimento de Coordenações e não Diretorias e a possibilidade de mudanças nos integrantes desta Coordenação, pela sua base, são sinais claros de que a CONLUTAS está disposta a apontar uma nova forma. No entanto, podemos avançar mais.

As forças políticas, sindicais e movimentos que compõem hoje a CONLUTAS têm concepções diferentes quanto a este ponto. Respeitados os objetivos e princípios contidos nos Estatutos, estas diferenças podem ajudar,

certamente enriquecem o debate e de forma alguma deveriam servir de obstáculo para a construção da unidade. Já vimos que processos de organização envolvem algumas antinomias que devem ser trabalhadas, através da sua explicitação, reconhecimento e aceitação das diferenças e a criação de passos que permitam a unidade, no cotidiano político, sem exclusões. Não se trata de resolvê-los através de imposições, mas sim de trazê-los para o debate e, à luz de cada nova situação, buscar as respostas e criar condições para novos passos.

*O ANDES-SN viveu e vive intensamente estas antinomias e pode servir de exemplo. A formação do sindicato nacional se deu com antagonismos entre a autonomia plena das AD's e o desejo delas próprias em criar uma entidade mais forte, que pressupunha uma transferência espontânea de deliberações importantes destas AD's para um coletivo maior. De forma democrática e através de um*

*debate fecundo, esta transferência espontânea foi efetivada e é reafirmada cotidianamente. Isto dá ao sindicato uma grande vitalidade. Não significa que este debate está sepultado, pelo contrário, ele tem ressurgido, por exemplo, em situações recentes de contestação do pagamento de mensalidades para a CUT ou no envio de delegados ao CONAT; no entanto o Sindicato mantém viva e aberta a sua discussão.*

Na CONLUTAS não é e nem será diferente. Temos forças políticas, com uma participação significativa nesta entidade que, de forma legítima, defendem a idéia de que para promover uma mudança na sociedade, é necessária a existência de uma parte da classe trabalhadora, de vanguarda, que seja capaz de desenvolver uma prática política permanente, mesmo nos períodos de refluxo, funcionando como uma memória coletiva da classe trabalhadora. Grupos com uma forte ação e ancoragem no

campo parlamentar se organizam em (ou como) partidos, que, na essência assumem a mesma forma hierarquizada e às vezes bastante verticalizada do Estado. Partidos aspiram a ocupar o Estado e se estruturam à sua semelhança. Em grande parte isto expressa a concepção que estas forças têm para a organização de movimentos sociais e é natural que a defendam para a entidade nacional. Vale ressaltar neste caso que os avanços nos Estatutos, quanto a esta organização, mostram que existe hoje uma sensibilidade política para esta questão e a aprovação de representantes na Coordenação Nacional, sem mandato fixo, é uma evidência forte neste sentido.

É de se esperar também que grande parte das forças políticas que integram a CONLUTAS busque a hegemonia política, na defesa legítima de seus pontos-de-vista, e que eventualmente alguma delas consiga esta hegemonia, inclusive no Congresso, instância máxima da entidade. Ao longo da criação e consolidação da CONLUTAS muitos dos percalços surgidos se referiam justamente ao controle majoritário, existente em alguns momentos, e às consequências deste às deliberações tomadas.

*O antagonismo entre a deliberação a partir da maioria e a necessidade de não se excluir os blocos minoritários tem sido trabalhado politicamente em nossas entidades e não deverá ser diferente neste caso. Entretanto se juntarmos a possibilidade de controle majoritário com a idéia da burocratização, aí sim passamos a ter o risco de vivermos novamente o pesadelo recente da quebra de autonomia frente a partidos políticos. Se por um lado isto deve ser lembrado como alerta, por outro não pode servir como obstáculo para a superação da fragmentação e construção da unidade.*

Neste sentido podemos reforçar e explicitar ainda mais estes cuidados. Mesmo lembrando que a única garantia que teríamos contra esta "reprise" seria a ação política cotidiana, num momento em que estes pontos estão em debate vale alertar e expressar nos Estatutos o que buscamos. Assim, no parágrafo

Quinto do Artigo 5º, referente aos Princípios, sugerimos a mudança, como segue:

"Parágrafo Quinto – A democracia e a unidade na ação. A CONLUTAS irá pautar o seu funcionamento através de formas e processos que assegurem a ampla participação do conjunto de trabalhadores em suas deliberações, em todas as instâncias, de maneira horizontal, que assegurem a democracia e um rico e saudável debate interno, respeitando a diversidade política existente em seu interior. Os processos...."

2º) Um dos problemas observados nas mudanças ocorridas na CUT se refere aos critérios de eleição de delegados para os Congressos. Este é um ponto sensível de acordo com a proposta aprovada no CONAT, no Parágrafo Único do Artigo 11º. "Compete à Coordenação Nacional definir os critérios em base aos quais se elegerão os delegados". A sugestão é de que esta deliberação passe para o próprio Congresso, substituindo o Parágrafo único por:

"Parágrafo primeiro – O Congresso Nacional será convocado pela Coordenação Nacional da CONLUTAS, através de Edital, publicado em órgão de circulação nacional e por meio de convocatória amplamente divulgada em toda sua base territorial.

Parágrafo segundo – Compete ao Congresso Nacional aprovar os critérios em base aos quais se elegerão os delegados para o Congresso do ano posterior. Compete à Coordenação Nacional elaborar proposta para estes critérios.

Parágrafo terceiro – Compete ao Congresso Nacional aprovar as normas que nortearão a sua organização sendo estas submetidas à aprovação, na abertura dos trabalhos".

Adotando-se esta mudança se deveria incluir o seguinte artigo no Capítulo XIV, das Disposições Transitórias:

"A competência de aprovação dos critérios em base aos quais se elegerão os delegados, que é tratada no Artigo 11º, Parágrafo segundo, poderá ser da Coordenação Nacional até o II Congresso da CONLUTAS".



**Marcha em Brasília, quando manifestantes protestaram contra a corrupção no governo federal. ANDES-SN e Coniutas participaram do evento.**



Também para manter a coerência com as demais instâncias, estas mudanças devem ser aplicadas para os Congressos Estadual e Regional/Municipal.

3º) Uma reflexão também necessária se refere às instâncias deliberativas, tratadas nos artigos 10º a 13º. De acordo com eles, se propõe Congressos, nos níveis Nacional, Estadual e Regional/Municipal. Além disto se propõe também um Encontro Nacional, que só não poderia deliberar a respeito dos Estatutos. Várias questões estão envolvidas nestes itens e mais uma vez nos confrontamos com antagonismos que precisam ser explicitados.

*Uma entidade como a CONLUTAS estará sempre envolvida em uma intensa dinâmica política, sendo fundamental a participação direta de sua base em todas as deliberações. O Congresso Nacional desta entidade, além de garantir esta participação, é a instância máxima onde se delibera e legitima a ação política. É nesta instância que as entidades e os filiados participam efetivamente da condução da entidade.*

Além disto, a reunião, a troca de idéias e o exercício da deliberação coletiva é o que oxigena e o que muitas vezes faz emergir uma nova práxis. Sabemos, também das nossas vivências, que este exercício coletivo tem resultados que vão muito além da soma de suas partes. A criação e concretização de idéias e ações têm um salto qualitativo a partir destes eventos. Diminuir o número de Congressos nacionais acaba por diminuir a vitalidade da entidade e a participação direta nos rumos da entidade. Além disto, é difícil acreditar que anualmente não teremos questões importantes para que a nossa base, através de seus delegados, possa se manifestar.

A existência de Congressos Nacionais anuais e de CONADs semestrais, por exemplo, foi fundamental, em momentos em que um grupo ocupou a Diretoria do Sindicato e tentou verticalizar, burocratizar e esvaziar a participação da base do ANDES. A adoção de Congressos



Acima, foto do I Congresso de Trabalhadores da Conlutas, em Sumaré (SP), no ano passado. O ANDES-SN e a ADUR-RJ participaram como observadores.

menos freqüentes foi um dos fatores que abriu espaço para as inflexões e desvios, promovidos pelos burocratas da CUT. Qualquer argumento ligado a dificuldades logísticas e/ou à falta de necessidade de debates com maior intensidade seriam facilmente contestadas pela conjuntura atual e pelas nossas vivências.

O Artigo 13º não define com clareza a abrangência e as atribuições que seriam dadas ao Encontro Nacional. Se estes podem deliberar sobre tudo, com exceção dos Estatutos, deveriam ser compostos de delegadas(os). Não seria admissível se deliberar acerca, por exemplo, da mudança (ou revisão) de um item do Plano de Luta, sem que isto se desse através da participação da base e de seus respectivos delegados.

Portanto, a proposta é de alteração do Art. 11º, passando a: “O Congresso Nacional é a instância máxima de decisão da CONLUTAS e reunir-se-á a cada ano...”

A atualização do Plano de Ação poderia ser atribuição do Encontro Nacional, adotando-se a seguinte mudança:

-Alteração do Art. 13º: “O Encontro Nacional se reunirá anualmente, seis meses após o Congresso, será composto por um delegado da base de cada entidade e será convocado pela Coordenação Nacional da CONLUTAS”;

Ainda com respeito às instâncias deliberativas, algumas perguntas

referentes aos níveis intermediários, aparentemente antagônicas à formulação proposta para o nível Nacional, deveriam ser levantadas. Neste caso, temos tido concepções bastante arraigadas e seria pertinente o seu debate mais aprofundado, pela base, para se ver se podemos hoje avançar nestes aspectos. Se não temos dúvidas com respeito à participação direta, o debate e a deliberação em nossa instância máxima, o mesmo não acontece para os níveis regionais e principalmente estaduais.

Assim, o ANDES-SN poderia solicitar ao Congresso da CONLUTAS que este remeta para as suas bases um debate mais aprofundado sobre o que está estabelecido no Artigo 10º, referente às instâncias intermediárias de organização, como Congressos Estaduais e Regionais/Municipais.

Para este debate se buscaria compreender melhor algumas questões, como segue:

-Quais os objetivos e o que se pretende com os Congressos Estaduais e Regionais? Eles visam à deliberação de assuntos circunscritos apenas ao Estado e/ou a Região? Pela nossa experiência, existem questões restritas a áreas geográficas ou na verdade a quase totalidade de lutas se constitui em versões locais das lutas (inter)nacionais?

-Os Congressos visariam uma maior participação das bases locais? As experiências das CUT's estaduais mostram isto? Será que em muitos casos

estas instâncias não serviram para “drenar” e dissipar energia, ao invés de potencializá-las para as deliberações no âmbito nacional? A estrutura estadual não acabou em muitos casos inibindo a atuação de regionais? Uma deliberação estadual ou regional não seria apenas uma adequação e atualização do Plano de Lutas para o estado ou para a região? Qual o sentido de se ter a decisão de um Congresso submetido às deliberações de outro maior? Qual a consequência deste tipo de relação com respeito à base? Isto não ajuda a dissociar a ação política da base à ação da entidade nacional? Não seria melhor se estabelecer Encontros Estaduais e Regionais, com a atribuição de discutir teses para o Congresso Nacional e atualizar o Plano de Lutas para seu estado e/ou Região?

-A instância municipal/regional pode ser utilizada de acordo com a lógica dos trabalhadores, mas para que serve a separação na lógica de Estados da Federação, a instância estadual? Para reunir as regionais, criar mais burocracia e dissipar mais energia? Grupos regionais não poderiam ser formados, de acordo com suas necessidades e com o momento político, sem os limites do Estado?

No ANDES-SN não temos instâncias deliberativas estaduais ou regionais e a participação das AD's se dá através da ligação direta no Congresso e CONAD's. Temos as secretarias regionais que têm a possibilidade de aglutinar estas AD's para lutas locais e muitas delas já foram conduzidas desta maneira. São questões para reflexão, que a base da CONLUTAS poderia se debruçar.

4º.) No Art. 42º, das Disposições Transitórias, está previsto que “a Coordenação Nacional deverá elaborar um Regimento Interno que normalize o seu funcionamento...”. Um documento com esta importância deve necessariamente ser respaldado pelo Congresso.

Assim, deveria se adicionar, ao final do Artigo, o seguinte: “Este Regimento Interno deverá ser submetido à aprovação do Congresso posterior a esta elaboração e terá como prazo final o II Congresso da CONLUTAS”.

## Reunião do GTPFS discute a reorganização da classe trabalhadora

O Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical do ANDES-SN (GTPFS) reuniu-se em Brasília, nos últimos dias 6 e 7 de janeiro.

Após os informes iniciais do ANDES-SN e dos representantes de várias seções sindicais, os presentes discutiram sobre a atual conjuntura política do país.

Concluíram que o governo tem intensificado seu projeto neoliberal, aprofundando as propostas de Reformas Sindical e Trabalhista. Os participantes da reunião do GTPFS reafirmaram a importância de uma ação conjunta da classe trabalhadora para frear as reformas já em curso. Para tanto, destacaram a necessidade de reorganização da categoria.

Os debates sobre rumos da classe trabalhadora, no atual momento, refletem uma preocupação da base do ANDES-SN, que tem discutido a relação do Sindicato Nacional com a Conlutas.

Tal debate tem permeado as atividades das seções sindicais, que se preparam para o 26º Congresso do ANDES-SN (Campina Grande, PB, de 27/2 a 04/3/2007), já que uma das principais deliberações do evento será sobre a filiação ou não do ANDES-SN à Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas).

Assim, a reunião do GTPFS aprovou os seguintes encaminhamentos:

- que a Diretoria do Sindicato Nacional entre em contato com as Secretarias Regionais que ainda não organizaram um Seminário para discutir sobre a reorganização da classe trabalhadora, conforme deliberado no último CONAD, solicitando que o façam com brevidade;

- que o ANDES-SN apresente um balanço sobre a reorganização da classe trabalhadora, produzindo um Informantes Especial sobre o tema antes do Congresso e, se possível, também Caderno Especial.

- que o Sindicato Nacional disponibilize link em nossa página na Internet para as deliberações do CONAT (Congresso Nacional dos Trabalhadores, ocorrido entre 5 e 7 de maio, em Sumaré, SP, quando a Conlutas tornou-se uma organização formal, mantendo sua postura combatente, a favor da classe trabalhadora).

Durante a reunião do GTPFS, os presentes também debateram sobre a repressão às atividades sindicais nas Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES).

O representante da ADUCB (Associação de Docentes da Universidade Católica de Brasília) apontou a necessidade de se repensar a organização do Sindicato para fazer frente à repressão que sofrem os dirigentes sindicais nas IPES particulares.

Após extenso debate, as intervenções convergiram para a avaliação de que a repressão, que atinge especialmente os docentes das particulares, não é um assunto que diga respeito apenas a esse setor. Porém, há o consenso de que este tema tem que ser abraçado pelo conjunto do Sindicato Nacional, devendo ser priorizado pelo GTPFS. Tal discussão também estará presente no 26º Congresso do Sindicato Nacional. Para embasar o debate sobre a repressão às atividades sindicais nas IES, o GTPFS do ANDES-SN agendou nova reunião do GT para tratar exclusivamente desse tema – dia 3 de fevereiro próximo.

Aprovou-se ainda que a coordenação do GTPFS entre em contato com a coordenação do Setor das Particulares, para uma convocatória especial das seções sindicais do Setor para essa reunião.

Os presentes na reunião do GTPFS também aprovaram que se constitua uma comissão, cuja tarefa é elaborar uma proposta de projeto nacional de formação sindical do ANDES-SN, em caráter de projeto-piloto, que deverá ser apreciada em reunião do GTPFS que se realize após o 26º CONGRESSO.

Os companheiros Rodrigo Dantas (ADUnB), Sonia Lúcio (ADUFF) e Edmundo Dias (ADUNICAMP) integram essa comissão.

**FONTE: ANDES-SN**

## Setor das IFES apresenta calendário da Campanha Salarial deste ano

Em 14 de janeiro houve a reunião do Setor das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), em Brasília. Após os informes das seções sindicais e do ANDES-SN, os presentes discutiram sobre a atual conjuntura política brasileira, concluindo que é preciso haver a união da classe trabalhadora, neste momento, para o enfrentamento às reformas neoliberais do governo Lula da Silva e para construção da Campanha Salarial de 2007 dos Servidores Públicos Federais.

Os representantes do ANDES-SN informaram que na última reunião da CNESF (Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais), em 9 de janeiro deste ano, foram discutidas as bases do lançamento da Campanha Salarial 2007 dos SPFs, que acontecerá em 14 de março próximo. A proposta de calendário, até o presente momento, é a seguinte:

- **Seminário da CNESF: 4 e 5 de fevereiro;**
- **Reunião ampliada da CNESF: 5 de fevereiro;**
- **Lançamento da Campanha Salarial 2007: 14 de março;**
- **Plenárias setoriais: 15 e 16 de março;**
- **Plenária Nacional dos SPFs: 17 de março**

A coordenação do Setor das IFES entende que o Plano de lutas da categoria deve estar combinado nas diversas ações do sindicato – direção nacional, regionais e seções sindicais. Portanto, as lutas específicas do setor não poderão ser tratadas isoladamente das lutas gerais, principalmente aquelas contra as reformas, a política econômica e o pagamento da dívida.

Assim, a campanha salarial de 2007 da categoria docente deve articular as reivindicações salariais imediatas com o enfrentamento à privatização interna das IFES, os eixos unitários dos SPFs e a luta contra as reformas neoliberais.

A campanha salarial com os SPFs deve ser unificada em torno dos seguintes eixos: **política salarial, isonomia, paridade e diretrizes de plano de carreiras e efetivas negociações.** Quanto às reivindicações específicas da classe docente, foi um consenso de que estas devem ser a **luta pela reestruturação da carreira (isonomia e paridade); incorporações das gratificações; recomposição salarial.**

O ANDES-SN também apresentou um informe sobre o GT-Carreiras, durante a reunião do Setor das IFES. Paulo Rizzo, presidente do Sindicato Nacional, apresentou uma avaliação das atividades do GT no período 2005-2006, enfatizando que este não trouxe avanços na discussão sobre a carreira. Porém, ele avalia que o GT significou uma oportunidade do ANDES-SN e do SINASEFE avançarem no debate sobre a construção de uma carreira única.

Lembrou ainda que as duas entidades realizarão um seminário, nos dias 8 e 9 de fevereiro, para discutir sobre a Carreira Docente, com as bases do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) e do Sindicato Nacional dos Professores da Educação Básica e Profissional (Sinasefe).



# Presidente do ANDES-SN refirma a importância do 26º Congresso do Sindicato Nacional

Foto: Aline Pereira

*O 26º Congresso do ANDES acontecerá entre 27 de fevereiro e 04 de março de 2007, em Campina Grande (PB), com o tema Reconstruindo a unidade dos trabalhadores para enfrentar as velhas reformas do novo governo. O evento será sediado pela ADUFCG e deverá reunir mais de 350 delegados.*

*Paulo Rizzo, Presidente do ANDES-SN, afirma que a maior expectativa do sindicato é que o Congresso seja bem preparado nas bases do movimento docente e que os delegados levem posições amadurecidas e enraizadas sobre os temas que estarão em pauta.*

*Reproduzimos a entrevista divulgada pelo ANDES-SN. O Presidente do Sindicato Nacional lembra que, além da luta pela campanha salarial da categoria, o ano de 2007 exige que a classe docente tenha outras prioridades.*

*Enumera a necessidade de enfrentamento ao processo de mercantilização da educação, à política de cortes já anunciada pelo governo e às reformas da previdência, sindical e trabalhista e, ainda, a luta pela Campanha Salarial da categoria.*



Acima, o triunvirato do ANDES-SN: Prof. José Vitorio Zago, Prof. Paulo Rizzo (ao centro) e Prof. Luiz Henrique Schuch, no 51º CONAD, em Juiz de Fora (2006), quando a nova Diretoria do Sindicato Nacional tomou posse.

**Quais são as expectativas da diretoria do ANDES-SN em relação ao 26º Congresso?** O 26º Congresso está convocado e temos três meses para prepará-lo. A nossa maior expectativa é que ele seja bem preparado nas bases do movimento docente e que os delegados levem ao congresso posições amadurecidas e enraizadas sobre os temas que estarão em pauta. Teremos que deliberar sobre um novo plano de lutas que arme o sindicato para enfrentar em patamar mais elevado o processo de mercantilização da educação, a já anunciada política de cortes por parte do governo, a possível terceira reforma da previdência, as reformas sindical e trabalhista, a campanha salarial e o conjunto das reivindicações da categoria. Todas as propostas que se anunciam para as políticas do novo governo apontam para a retirada de direitos dos trabalhadores e, portanto, 2007 promete ser um ano de muitas lutas. Teremos que fortalecer o sindicato e os processos de reorganização da classe trabalhadora, e aí assume destaque o tema da relação com a CONLUTAS, pois a decisão sobre a filiação a esta entidade está pautada no 26º Congresso.

**Quais serão os principais desafios da luta contra as reformas que o governo Lula deve retomar nesse segundo mandato?** O maior desafio será o de termos a capacidade de promovermos um enfrentamento articulado, pois há uma unidade nas reformas neoliberais apesar delas, pelo menos até o momento, terem sido implantadas por uma infinidade de medidas. Isto deve ser a principal preocupação na definição do plano de lutas. O sindicato perderá sua força se ficar respondendo isoladamente a cada item do plano de lutas ou a cada anúncio de nova medida que o governo pretende implantar. O principal das reformas é a retirada de direitos dos trabalhadores e, portanto, a unidade do plano de lutas será a defesa dos direitos dos professores, da juventude e dos trabalhadores.

**Como o ANDES-SN pretende encaminhar as ações políticas contra as reformas, principalmente a universitária (PL 7200) e a sindical?** O PL 7200 deve ser retirado do Congresso Nacional, pois sua tramitação só beneficiará o setor privado e, para isso, já estamos em luta nos articulando com um bom número de entidades e precisamos aglutinar forças em um grande movimento nacional em defesa

do direito de todos os brasileiros à educação pública em todos os níveis. Organizações como o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública devem ser rearticuladas em todo o país para potencializar a luta em defesa da esfera pública, pois o embate principal na educação será entre o público e o privado. A reforma sindical, que o governo não conseguiu fazer no primeiro mandato, tem por objetivo possibilitar a reforma trabalhista sem resistências. Elas se combinam nas exigências do Capital que, em nome do incremento de competitividade das empresas brasileiras, precisa da flexibilização dos direitos dos trabalhadores e da redução de sua capacidade organizativa. Também, neste caso, precisaremos estar ombro a ombro com outras organizações da classe.

**Como o ANDES-SN tratará a reorganização dos trabalhadores?** Bem, este é um assunto que já estamos tratando há bastante tempo. O ANDES-SN é uma das organizações que não cedeu aos encantos da cooptação que teve lugar no primeiro mandato de Lula. A desfiliação da CUT, decidida pelo 24º Congresso, em março de 2004, deveu-se principalmente ao fato de a CUT ter se transformado em peça de sustentação do governo e agente das reformas da previdência e sindical. Ao longo dos últimos anos, nosso sindicato tem atuado na linha de conchamar todas as organizações sindicais e dos movimentos sociais a romperem com o governo e a reconstruírem a unidade dos trabalhadores no terreno da autonomia e da independência. Participamos da construção da CONLUTAS e de todos os fóruns de luta que buscam trilhar este caminho.

Para a maioria dos trabalhadores, como bem demonstram os servidores públicos federais, o caminho da cooptação foi um verdadeiro desencanto, pois foi este o instrumento utilizado pelo governo para promover divisões na classe e impor derrotas e perdas de direitos. A recusa à cooptação é crescente em todos os segmentos da classe e isso nos anima, ainda que as tarefas na direção da reorganização da classe sejam grandiosas. O debate sobre isso vai muito mais além da deliberação sobre filiar ou não o sindicato à CONLUTAS. Trata-se de assumirmos integralmente o papel político que o ANDES-SN pode ter no caminho da reorganização dos trabalhadores.

Fonte: ANDES-SN, 4/1/2007

# Breve comentário sobre as ações mais comuns

O jurídico da ADUR-RJ preparou uma síntese das principais dúvidas sobre as ações em curso – FGTS, 28,86%, Insalubridade, SB-40 e 3.17% – que apresentamos abaixo:

## FGTS

### 1. O qual o objeto desta ação?

Determina a reposição nas contas de FGTS dos percentuais expurgados pelos planos Collor e Verão (JAN/89 e ABR/90).

### 2. Quem pode ajuizar este tipo de ação?

Todos os trabalhadores que nas datas acima mantinham saldo em conta de FGTS ativa ou inativa, pois sobre esses saldos é que incidirão os respectivos percentuais.

### 3. Quem é réu neste tipo de ação?

Caixa Econômica Federal.

### 4. Ainda é possível ajuizar este tipo de ação?

Sim, pois a prescrição para esse tipo de ação é trintenária (30 anos).

### 5. Qual a situação atual deste processo?

A ação coletiva proposta pela ADUR encontra-se em fase de execução, tendo a CEF liberado os créditos de parte dos substituídos (docentes). Atualmente estamos tentando o cumprimento do julgado, leia-se liberação dos créditos em relação aos professores restantes. Existem algumas ações individuais de docentes, ou em pequenos grupos, cujo desfecho varia de acordo com o momento processual de cada uma delas.

## 28,86%

### 1. O qual o objeto desta ação?

Busca cobrar o percentual de 28,86% provenientes da diferença de aumento concedido aos militares pelo Governo Federal através das Leis 8.622/93 e 8.627/93.

### 2. Quem pode ajuizar este tipo de ação?

Mais ninguém, uma vez que a prescrição para o ajuizamento é de cinco anos.

### 3. Quem é réu neste tipo de ação?

UFRRJ.

### 4. Ainda é possível ajuizar este tipo de ação?

Não é mais possível em razão da prescrição, conforme item 2.

### 5. Qual a situação atual deste processo?

A ação coletiva proposta pela ADUR encontra-se em fase de execução e levantamento de documentos necessários à elaboração dos cálculos do devido aos docentes relacionados neste processo.

## Insalubridade

### 1. O qual o objeto desta ação?

Objetiva obrigar a UFRRJ a pagar a diferença de correção monetária do valor pago em meados de 1997, correspondente ao adicional de insalubridade, obrigação esta reconhecida em processo administrativo desencadeado a partir de parecer da assessoria jurídica da ADUR.

### 2. Quem pode ajuizar este tipo de ação?

Mais ninguém.

### 3. Quem é réu neste tipo de ação?

UFRRJ.

### 4. Ainda é possível ajuizar este tipo de ação?

Não, está prescrito (prazo de 5 anos).

### 5. Qual a situação atual deste processo?

Existem várias ações, nos mais diversos estágios, sendo que algumas já terminaram e seus autores já receberam os devidos créditos, outros aguardam o pagamento.

## SB-40

### 1. O qual o objeto desta ação?

Objetiva transformar o tempo ficto trabalhado em condições insalubres até o advento do RJU (Regime Jurídico Único - 1990) e sua averbação pela UFRRJ para fins de contagem de tempo para aposentadoria.

### 2. Quem pode ajuizar este tipo de ação?

Qualquer professor que tenha desempenhado suas atividades em condições adversas (insalubres) durante o período em que era regido pela CLT.

### 3. Quem é réu neste tipo de ação?

UFRRJ e INSS.

### 4. Ainda é possível ajuizar este tipo de ação?

Sim, pois ainda há tempo.

### 5. Qual a situação atual deste processo?

São várias ações, nos mais diversos estágios processuais e muitas já terminaram, com a respectiva averbação do tempo transformado em benefício para dezenas de professores.

## 3,17%

### 1. O qual o objeto desta ação?

Busca cobrar da administração o percentual de 3,17% decorrentes do IPC-R da fase de implantação do plano Real apurado em 25,94%, pago aos servidores e pensionistas apenas na ordem 22,07%. Em decorrência das inúmeras ações judiciais o governo posteriormente iniciou o pagamento do crédito em 14 parcelas semestrais sem correção.

### 2. Quem pode ajuizar este tipo de ação?

Os professores que ingressaram no serviço público antes da implantação do Plano Real.

### 3. Quem é réu neste tipo de ação?

UFRRJ.

### 4. Ainda é possível ajuizar este tipo de ação?

Sim.

### 5. Qual a situação atual deste processo?

Existem várias ações, nos mais diversos estágios. Algumas já terminaram e seus autores já receberam as devidas diferenças, outras aguardam pagamento.

Redação: Victor Pinheiro

## Plantão do Jurídico na sede da ADUR-RJ

Conforme já vinha ocorrendo no ano anterior, o estagiário Victor Pinheiro continuará de plantão na sede da ADUR-RJ, às terças-feiras, das 14h às 16h, para atendimento aos professores.

Ele estará à disposição dos docentes para solucionar quaisquer dúvidas sobre o andamento dos processos em curso.

## Expediente

Adur Informa – Publicação da Associação dos Docentes da UFRRJ

End.: Rod. BR 465, Km 7 - Campús da UFRRJ – Seropédica (RJ) – CEP: 23.851-970  
Caixa Postal: 74.537 – Telefax: (21) 2682-1379 - Tel.: (21) 2682-1005 ou (21) 3787-8464  
E-mails: [adurrj@adur-rj.org.br](mailto:adurrj@adur-rj.org.br) ou [imprensa@adur-rj.org.br](mailto:imprensa@adur-rj.org.br)

**Conselho Editorial:** Professores Célia Regina Otranto, Francisco de Assis da Silva, Frederico José Falcão, Lenício Gonçalves, Lenir Furtado e Luis Mauro S. Magalhães. **Redação e diagramação:** Aline Pereira (Reg. Profissional 25163 Mtb). **Fotolito e impressão:** Tipológica Comunicação Integrada. **Tiragem:** dois mil exemplares



